# Ética

## Protagonismo juvenil

**Presidente da República**
Luiz Inácio Lula da Silva

**Ministro da Educação**
Fernando Haddad

**Secretário Especial de Direitos Humanos**
Paulo de Tarso Vannuchi

**Secretária de Educação Básica - SEB/MEC**
Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva

**Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC**
Daniel da Silva Balaban

**Diretora de Políticas de Ensino Médio - DPEM/SEB/MEC**
Lucia Helena Lodi

**Coordenação do Projeto**
Lucia Helena Lodi

**Equipe Técnica - DPEM/SEB/MEC**
Rozana da Silva Castro
Maria Marismene Gonzaga

**Organização**
FAFE – Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (USP)

**Consultores**
Ulisses F. Araújo e Valéria Amorim Arantes

**Equipe de elaboração**
Ulisses F. Araújo,Valéria Amorim Arantes, Ana Maria Klein e Eliane Cândida Pereira

**Revisão**
Maria Helena Pereira Dias, Ana Lucia Santos (preparação)

**Coordenação de Arte**
Ricardo Postacchini

**Diagramação**
Camila Fiorenza Crispino

Tiragem 40 mil exemplares

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, sala 500
CEP: 70.047-900 - Brasília - DF
Tel. (61) 2104-8177/2104-8010
http://www.mec.gov.br

Dados Internacionais de Catalagoção na Publicação (CIP)

---

Programa Ética e Cidadania : construindo valores na escola e na sociedade : protagonismo juvenil / organização FAFE – Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (USP) , equipe de elaboração Ulisses F. Araújo... [et al.]. –Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.
4 v.

Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado
Conteúdo: Protagonismo juvenil – módulo 1: Ética – módulo 2: Convivência Democrática – módulo 3: Direitos Humanos – módulo 4: Inclusão Social
ISBN 978-85-98171-74-6

1. Ética. 2. Cidadania. 3. Direitos humanos. 4. Inclusão social. 5. Violência na escola. 6. Relações sociais na escola. 7. Igualdade de oportunidades. I. Fundação de Apoio à Faculdade de Educação. II. Araújo, Ulisses F. III. Brasil. Secretaria de Educação Básica.

CDU 37.014.53

# Apresentação do programa

## Programa Ética e Cidadania
## construindo valores na escola e na sociedade

Aprender a ser cidadão e cidadã é, entre outras coisas, aprender a agir com respeito, solidariedade, responsabilidade, justiça, não-violência; aprender a usar o diálogo nas mais diferentes situações e comprometer-se com o que acontece na vida da comunidade e do país. Esses valores e essas atitudes precisam ser aprendidos e desenvolvidos pelos estudantes e, portanto, podem e devem ser ensinados na escola.

Para que o(a)s estudantes possam assumir os princípios éticos, são necessários pelo menos dois fatores:

- que os princípios se expressem em situações reais, nas quais o(a)s estudantes possam ter experiências e conviver com a sua prática;

- que haja um desenvolvimento da sua capacidade de autonomia moral, isto é, da capacidade de analisar e eleger valores para si, consciente e livremente.

Outro aspecto importante desse processo é o papel ativo dos sujeitos da aprendizagem, estudantes e docentes, que interpretam e conferem sentido aos conteúdos com que convivem na escola, a partir de seus valores previamente construídos e de seus sentimentos e emoções.

O *Programa Ética e Cidadania* pretende criar as condições necessárias para que valores de ética, democracia, justiça e cidadania sejam incorporados no cotidiano das salas de aula. Para isso, propõe a criação dos Fóruns Escolares de Ética e de Cidadania nas escolas, nos municípios e nos estados; e buscará instrumentalizar a ação dos profissionais da educação envolvidos em sua implementação nas escolas participantes, por meio de recursos didáticos e materiais pedagógicos, adequados.

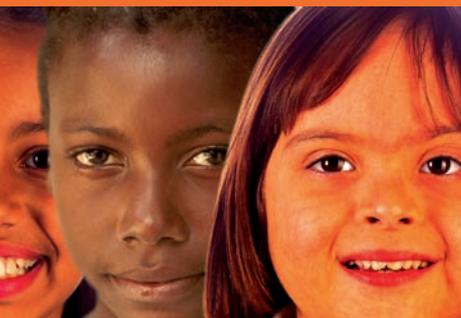
## O Programa Ética e Cidadania

O *Programa Ética e Cidadania* deve ser visto como um projeto pelo qual a comunidade escolar pode iniciar, retomar ou aprofundar ações educativas que levem à formação ética e moral de todos os membros que atuam nas instituições escolares.

Para isso, o programa propõe que o trabalho com ética e cidadania nas escolas contemple intervenções focadas em quatro grandes eixos, ou módulos, que, embora independentes, mantêm uma nítida inter-relação: Ética, Convivência Democrática, Direitos Humanos e Inclusão Social.
Os objetivos de cada um desses eixos, ou módulos, são:

- **Ética.** Levar ao cotidiano das escolas reflexões sobre a ética, os valores e seus fundamentos. Trata-se de gerar ações, reflexões e discussões sobre seus significados e sua importância para o desenvolvimento dos seres humanos e suas relações com o mundo.

- **Convivência Democrática.** A construção de relações interpessoais mais democráticas dentro da escola tem o objetivo explícito de introduzir o trabalho com assembléias escolares e de resolução de conflitos. Possibilita também outras ações que levem ao convívio democrático, como a formação de grêmios e aproximações da escola com a comunidade.

- **Direitos Humanos.** O trabalho sobre a temática dos direitos humanos tem vários objetivos interligados, dos quais o primeiro é a construção de valores socialmente desejáveis. Daí a proposta de conhecer e desenvolver experiências educativas que tenham como foco a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Um segundo objetivo é o desenvolvimento de projetos voltados para a comunidade

em que a escola está inserida, que abordem o respeito aos direitos humanos e aos direitos de crianças e adolescentes.

- **Inclusão Social.** A construção de escolas inclusivas, abertas às diferenças e à igualdade de oportunidades para todas as pessoas, é o quarto eixo de preocupações. As diversas formas de deficiência e as exclusões geradas pelas diferenças sociais, econômicas, psíquicas, físicas, culturais, religiosas, raciais e ideológicas serão foco de abordagem neste programa.

Vale a pena salientar, também, que toda a estrutura do projeto está voltada para a formação docente e para ações que dêem apoio ao protagonismo de alunos e de alunas na construção da ética e da cidadania. Assim, o material produzido focará a formação de docentes que se disponham a promover em suas unidades escolares a constituição de um fórum permanente de ética e de cidadania ancorado nos quatro eixos citados.

## A participação no programa

A participação da escola no *Programa Ética e Cidadania* ocorre por adesão voluntária dos sistemas de ensino estaduais ou municipais de educação ou por iniciativa das próprias escolas.

A primeira providência, de posse deste material pedagógico, consiste na criação formal do Fórum Escolar de Ética e de Cidadania na escola, que será a entidade responsável pela organização e pelo funcionamento do programa.

Definido o(a) coordenador(a) do Fórum na escola, o próximo procedimento é a inscrição junto à Secretaria do *Programa Ética e Cidadania* na Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. Tal inscrição pode ser feita diretamente no site do MEC (*www.mec.gov.br/seb*) ou enviando por correio a ficha de inscrição que acompanha o material pedagógico. A partir dessa iniciativa, a escola passa a pertencer oficialmente ao programa, habilitando-se a receber todas as informações, materiais e recursos didáticos que forem disponibilizados durante seu desenvolvimento.

## O Fórum Escolar de Ética e de Cidadania

A base de sustentação deste programa é a organização e funcionamento em cada escola participante do Fórum Escolar de Ética e de Cidadania. Esse Fórum tem como papel

essencial articular os diversos segmentos da comunidade escolar que se disponham a atuar no desenvolvimento de ações mobilizadoras em torno das temáticas de ética e de cidadania no convívio escolar.

Sua composição é a mais aberta possível, pela própria característica de um fórum. Como base mínima de organização, no entanto, sugerimos que dele participem representantes docentes, discentes, de servidores(as), da direção e das famílias da comunidade. De acordo com a realidade da escola, podem ser convidados líderes comunitários e representantes da comunidade, como comerciantes, moradores(as) e conselheiros(as) de direitos da criança e do adolescente.

Dentre as possíveis atribuições do Fórum, destacamos:

- Definição de sua política geral de funcionamento, organização e mobilização dos diversos segmentos da comunidade escolar.
- Preparação dos recursos materiais para a implantação dos projetos.
- Formulação de cronograma de ações.
- Avaliação permanente das ações em desenvolvimento.

Além disso, o Fórum deve criar condições que viabilizem a qualidade das ações e o envolvimento do maior número possível de docentes, estudantes e membros da comunidade. Nesse sentido, pode:

- atuar junto à direção da escola para garantir os espaços e tempos necessários ao desenvolvimento dos projetos;
- buscar recursos para a aquisição de material bibliográfico, videográfico e assinatura de jornais e revistas;
- interagir com especialistas em educação/pesquisadores que possam contribuir para o melhor desenvolvimento das ações planejadas;
- articular parcerias com outros órgãos e instituições governamentais e não-governamentais (ONGs) que possam apoiar as ações do projeto e apresentar propostas que promovam seu enriquecimento.

Se as atitudes acima descritas são as ideais para a participação no *Programa Ética e Cidadania*, consideramos que a organização do Fórum na comunidade escolar pode ocorrer de maneira mais simples, de acordo com a realidade de escolas menores ou que tenham poucos profissionais interessados na sua implantação. Dessa forma, um pequeno grupo de professores pode se reunir e começar a desenvolver os projetos e atividades propostos nos materiais e recursos didáticos enviados à escola.

Com o tempo, poderão conseguir a adesão de outros(as) colegas e de outros segmentos da comunidade escolar.

## O funcionamento do Fórum Escolar de Ética e de Cidadania

Como em toda organização democrática, um dos pressupostos básicos para o bom funcionamento do Fórum é a sistematização de suas normas. Isso significa que estabelecer regras claras e transparentes, construídas democraticamente por meio do diálogo e da cooperação, é fundamental para o bom andamento deste programa.

Apresentamos a seguir algumas sugestões que podem garantir o bom funcionamento das reuniões e atividades do Fórum em cada comunidade escolar:

- Estabelecer um calendário fixo de reuniões para todo o ano escolar. Nossa sugestão é de uma periodicidade quinzenal ou mensal.
- Escolher um(a) coordenador(a) ou um comitê gestor para o Fórum, que se responsabilizará pela organização das reuniões e a comunicação com a secretaria do *Programa Ética e Cidadania*.
- Estabelecer antecipadamente a pauta dos encontros, que pode ser elaborada com sugestões de quaisquer membros, e divulgá-la amplamente, não só aos participantes regulares, mas também aos demais membros da comunidade que porventura se interessem em participar.
- Registrar todas as reuniões por meio de atas, mesmo que simples, é fundamental, não só para documentar as decisões tomadas e as regras estabelecidas, mas também para assegurar a história e a memória dos encontros.
- Ter abertura para o diálogo e para a discussão permanente das regras de convivência e de participação nos encontros.
- Manter constantes avaliações dos projetos e das reuniões do Fórum.
- Garantir o livre direito de expressão, mantidos os preceitos de respeito mútuo, e incentivar a participação presencial e oral de alunos e alunas.

## Princípios para organização e funcionamento do programa

Este programa tem um caráter descentralizado, não-linear e não-hierárquico.

O programa é descentralizado porque cada escola participante tem liberdade de seguir, dentre os inúmeros caminhos possíveis, aquele que considerar mais adequado à sua

realidade. Dessa maneira, o material enviado pelo Ministério da Educação não define as formas de atuação e desenvolvimento do programa em cada comunidade, trazendo apenas referências e sugestões de possíveis caminhos a serem trilhados.

A característica de não-linearidade aparece na própria estrutura dos materiais e recursos didáticos enviados às escolas. Apesar de haver uma nítida inter-relação entre os quatro módulos que sustentam o programa, tais materiais e recursos estão organizados de forma independente e identificados por cores diferentes. Isso significa que não existe uma ordem específica para seu desenvolvimento. Cada escola define, a partir das sugestões presentes nos materiais e recursos enviados, se quer começar abordando o módulo "Convivência Democrática", se prefere começar pelo módulo "Direitos Humanos" ou, ainda, atuar nos quatro eixos simultaneamente.

O programa não é hierárquico porque nele não está presente a idéia de pré-requisitos. Não existe uma melhor seqüência de desenvolvimento das atividades dentro de cada unidade de trabalho, nem de execução dos módulos apresentados. Sua ordem de apresentação é aleatória, não indicando de forma alguma que alguns dos temas devem preceder outros.

Compreender e assumir tais princípios é um passo importante para que a implementação do *Programa Ética e Cidadania* alcance resultados satisfatórios. Temos consciência de que a maioria das escolas participantes não tem condições de aplicar todas as sugestões, leituras e materiais de apoio que serão enviados. Esse grande volume se deve à diversidade de condições encontradas em nosso país.

Assim, os materiais e recursos didáticos que compõem o programa devem ser encarados como referência, e não como algo que deva ser executado obrigatoriamente.

O convite está feito e o desafio lançado. Vamos construir coletivamente este programa de ética e de cidadania. Mãos à obra. Esperamos que cada escola e cada sistema de ensino que esteja recebendo este material se dedique à organização do Fórum Nacional Escolar de Ética e de Cidadania e à construção de uma nova sociedade, mais justa, solidária e feliz, que é o objetivo a longo prazo deste trabalho.

# Ética

## Módulo 1

## Protagonismo juvenil

# Sumário

Ética

Introdução

# Protagonismo juvenil

O desenvolvimento de capacidades do indivíduo para que possa pertencer a uma comunidade política é uma das bases da moral e da ética desde a antigüidade, na Grécia, pois é no interior das relações comunitárias que a sociedade se desenvolve e seus membros aprendem a ser morais.

Assumindo idéias como essas, Cortina[1] (2003, p.113) afirma que a educação do ser humano, para a cidadania, deve levar em consideração a dimensão comunitária das pessoas, seu projeto pessoal e também sua capacidade de universalização, que deve ser exercida dialogicamente, demonstrando ser possível à mesma pessoa tornar-se responsável pela realidade social.

Esta concepção de construção da moralidade humana abre espaço para a discussão sobre como o protagonismo juvenil, ou melhor, a participação democrática dos jovens, na sociedade, pode contribuir para a transformação da realidade social e de suas próprias histórias de vida.

Nesse sentido, compreender o papel que a escola, os programas sociais para jovens e as políticas públicas para a juventude podem ter na promoção de seu pertencimento à sociedade são essenciais para que o jovem (aqui compreendido pelas pessoas, homens e mulheres, entre 15 e 24 anos de idade) se sinta sujeito de direitos e de deveres.

De acordo com Castro[2] (2002), quando se fala de políticas públicas de e com a juventude, deve-se discutir democracia participativa, sendo necessário sair dos planos de controle, que consideram os jovens como caso de polícia, e buscar políticas através das quais os jovens se tornem protagonistas sociais.

[1] CORTINA, Adela. O fazer ético: guia para a educação moral. São Paulo: Moderna, 2003.
[2] CASTR0, Mary. O que dizem as pesquisas da Unesco sobre juventudes no Brasil: leituras singulares. In: NOVAES, R., Porto, M. & Henriques, R. (Org.). *Juventude, cultura e cidadania*. Comunicações ISER, 2002.

O Estado deve ter um papel primordial no desenvolvimento de políticas para a juventude, que garantam direitos de participação aos jovens, mas, acima de tudo, como afirma Sposito[3] (2005, p.19), de ações públicas de promoção da igualdade de acesso aos bens dos quais são excluídos, como educação, saúde, cultura, lazer e trabalho. De acordo com Sposito[4] (2003), propostas de criação de Comissões Municipais de Juventude, de elaboração de um Plano Nacional de Políticas Públicas de Juventude e de um Estatuto dos Direitos da Juventude são iniciativas que, implementadas e regulamentadas, permitirão o reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos específicos à sua condição e tornarão possível potencializar a capacidade de ação dos movimentos juvenis.

Paralelamente a tais movimentos, não podemos subestimar o papel da escola na constituição da noção de pertencimento social dos jovens e no desenvolvimento das capacidades éticas para a atuação social. Mais importante, no entanto, é o papel da escola na sua preparação pessoal e intelectual, visando a sua inserção na vida adulta e no mundo do trabalho.

Mesmo de forma fragmentada, são inúmeros os programas oriundos dos governos e da sociedade civil que buscam ocupar o tempo dos jovens, durante os fins de semana, ou que visam a uma profissionalização precoce que lhes garanta o ingresso no mercado de trabalho, formal ou informal. Chamamos a atenção, porém, para o risco que esses programas podem trazer para a efetiva formação e qualificação dos jovens, se forem desenvolvidos sem articulação com a educação formal, escolar.

A educação formal, na sociedade contemporânea, não é condição suficiente, mas é necessária para o desenvolvimento da cidadania

[3] SPOSITO, M. & CORROCHANO, M. C. (2005) A face oculta da transferência de renda no Brasil. *Tempo social*, vol. 17. n.2, São Paulo, nov. 2005.
[4] SPOSITO, Marilia. *Os jovens no Brasil:* desigualdades e novas demandas políticas. São Paulo: Ação Educativa, 2003

plena e para a consolidação da igualdade de oportunidades para todas as pessoas. Dessa maneira, tanto em seu projeto político-pedagógico como em seu planejamento institucional, a escola precisa considerar a realização de projetos e ações que, ao mesmo tempo, promovam o acesso aos bens culturais exigidos pela sociedade contemporânea e garantam uma formação política aos jovens de modo a lhes permitir participar da vida social de forma mais crítica, dinâmica e autônoma.

Nos quatro módulos dos materiais sobre Protagonismo juvenil que compõem esta unidade do *Programa Ética e Cidadania*, tais idéias serão discutidas e apresentadas em textos, bem como serão apresentados projetos e propostas de ações para as escolas participantes.

De forma específica, este módulo sobre Ética será iniciado com o texto de Ana Paula Corti e Raquel Souza, em que as autoras discutem o conceito de juventude (ou juventudes), suas diferenciações com o conceito de adolescência e os processos de construção da identidade dos jovens. Como relatos de experiências, das mesmas autoras, serão apresentados fatos observados em escolas públicas, que demonstram como se promoveu a participação democrática de jovens em projetos de grêmio estudantil, de representação discente nos espaços escolares e de criação de um jornal. Em outro momento do módulo, utilizando a linguagem visual do curta-metragem de animação *Meow*, discutir-se-á o papel da mídia e de ideologias dominantes na formação da cultura jovem.

Ética

Diálogos com o mundo juvenil

# Protagonismo juvenil

O texto que se segue tem como principal objetivo introduzir os membros do Fórum Escolar de Ética e de Cidadania no tema juventude, enquanto categoria social e histórica. As autoras apresentam, inicialmente, uma caracterização e diferenciação dos conceitos de juventude e adolescência. A seguir, aprofundam a temática chamando-nos atenção para a importância de se distinguir a juventude, enquanto fase da vida, daqueles sujeitos que vivem a fase da juventude. Analisam, especificamente, a idéia de transição e as mudanças sociais nela presentes. A parte final do texto centra-se na reflexão sobre um aspecto importante da juventude: a capacidade de autonomia, fator imprescindível para a construção e a consolidação de práticas democráticas.

CORTI, Ana Paula & SOUZA, Raquel. *Diálogos com o mundo juvenil*: subsídios para educadores. São Paulo: Ação Educativa, 2004. p.11-14 e p. 22-29.

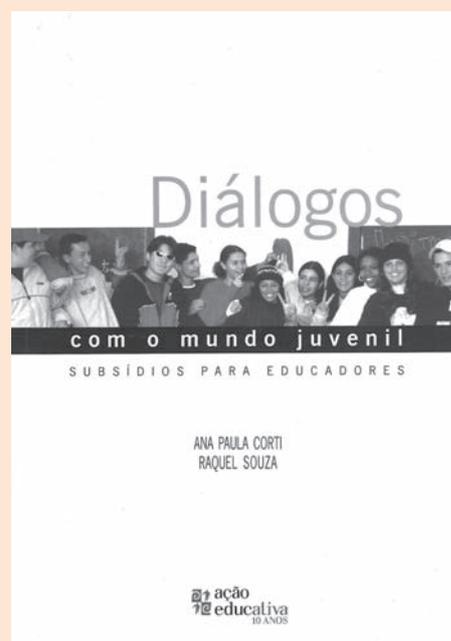
O tema da juventude tem ganhado cada vez mais espaço na mídia, na universidade, no poder público e no imaginário social. Tem crescido também, entre educadores, a discussão sobre a relação entre os jovens e a escola.

O debate é oportuno e é importante ampliá-lo. Para isso é necessário aprofundar a compreensão da juventude enquanto categoria social e histórica, suas conexões com a adolescência e suas peculiaridades enquanto fase do ciclo de vida. É disso que este capitulo vai tratar.

Vamos analisar a juventude do ponto de vista sociológico, focalizando particularmente alguns aspectos que geram impactos no trabalho escolar e que podem ser promissores para a compreensão dos educadores a respeito das dinâmicas juvenis dentro da escola.

Esperamos que estas reflexões ajudem os profissionais da educação a entenderem melhor a condição juvenil de seus alunos, como parte de um processo social mais amplo, que diz respeito a todos nós, e não apenas aos jovens.

## Juventude e Adolescência

As palavras juventude e adolescência têm significados distintos, ainda que superpostos. Muitas vezes, porém, são usadas como sinônimos.

A Organização das Nações Unidas (ONU) define como jovens as pessoas entre 15 e 24 anos (no Fórum Mundial da Juventude de 2001, houve uma solicitação para que se estendesse a definição aos 30 anos, a fim de que os países pudessem enfrentar mais adequadamente os desafios colocados às suas populações jovens).

A Organização Mundial de Saúde (OMS), instituição da ONU para a saúde, entende que a adolescência constitui um processo fundamentalmente biológico, que vai dos 10 aos 19 anos de idade, abrangendo a pré-adolescência (10 a 14 anos) e a adolescência propriamente dita (15 a 19 anos). Já a juventude é considerada uma categoria sociológica que implica a preparação dos indivíduos para o exercício da vida adulta, compreendendo a faixa dos 15 aos 24 anos de idade. As diferenças entre adolescência e juventude existem, portanto, não só em termos dos limites etários, mas em termos conceituais, denotando processos de naturezas distintas.

Muitos psicólogos e sociólogos distinguem juventude e adolescência de forma semelhante. A juventude costuma ser uma categoria social representada pelo vínculo entre indivíduos de uma mesma geração, que formam um segmento social específico, e a adolescência, um processo mais individual e subjetivo, ligado às transformações físicas e psíquicas dos indivíduos. Disso derivaria a maior ênfase da Sociologia na categoria juventude e a maior preocupação da Psicologia com o período da adolescência. Outra definição corrente entre os pesquisadores é da adolescência como uma primeira fase da juventude, o que permite considerar as peculiaridades das duas etapas sem dissociá-las.

No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), legislação federal de 1990 que estabelece direitos específicos para crianças e adolescentes, a adolescência é definida como a fase que vai dos 12 aos 18 anos incompletos, sendo o período imediatamente posterior à infância. Como indica o próprio nome do documento, a ênfase recai no adolescente e a juventude não é mencionada.

Enquanto no ECA a adolescência não se confunde com a juventude, a definição de juventude da ONU abarca uma parte dos adolescentes.

Mas é muito freqüente a utilização dos dois termos como sinônimos. Mais comum ainda do que falar da adolescência e da juventude como a mesma coisa é se referir indistintamente aos sujeitos que vivem esses períodos como adolescentes ou jovens. Isso pode ser observado em reportagens de jornal, em conversas informais e até mesmo em textos teóricos. Também pode ser verificado nas definições apresentadas pelo dicionário Aurélio.

Juventude
Idade moça; mocidade, adolescência, juventa. 2. a gente moça; mocidade. 3. fase do ciclo de um lago na qual este recebe mais água do que perde e por isso tem maior duração.

Adolescência
1. O período da vida humana que sucede à infância, começa com a puberdade, e se caracteriza por uma série de mudanças corporais e psicológicas (estende-se aproximadamente dos 12 e 20 anos).

Jovem
1. Que é moço, que está na idade juvenil; juvenil. 2. produzido ou criado pelos jovens, pela juventude. 3. diz-se do animal de tenra idade.

Adolescente
1. Que está na adolescência. 2. Fig. Que está no começo, no início; que ainda não atingiu todo o vigor. 3. De pouco tempo; novo; "Plantei, com a minha mão ingênua e mansa, / Uma linda amendoeira adolescente". (Raul de Leoni, Luz Mediterrânea, p. 65). 4. Próprio do adolescente; "D. Camila prolongou, quanto pode, os vestidos adolescentes da filha." (Machado de Assis, Histórias sem data, p. 122). 5. Pessoa que está na adolescência.

Retirado de www2.uol.com.br/aurelio

De fato, não conseguimos perceber qualquer distinção entre os verbetes juventude e adolescência ou entre jovem e adolescente.

É interessante que, embora sejam bastante vagas as definições de juventude e adolescência, a primeira é surpreendentemente pouco explicativa. Afinal, o que significa idade moça, mocidade ou juventa? São sinônimos de juventude, mas não ajudam a compreender o significado da palavra. Ao que parece, a imprecisão dos verbetes reflete uma indefinição muito mais ampla e disseminada.

[...] vamos trabalhar com a definição de adolescência como a primeira fase da juventude. Entendemos que essa diferenciação, mesmo não sendo simples, pode possibilitar um conhecimento mais aprofundado tanto dos adolescentes quanto dos jovens propriamente ditos, reconhecendo suas peculiaridades e também suas conexões. Para justificar essa opção, outros motivos merecem destaque:

1) A juventude, embora possa ser considerada como um período da vida com alguma unidade, possui também diferenciações internas relacionadas ao desenvolvimento fisiológico, psíquico e social dos sujeitos nos seus diferentes estágios, que, *grosso modo,* classificamos por categoria ou classe de idade. Assim, jovens de 12 anos apresentam certas características e vivências que os distinguem de jovens de 20 anos de idade. Por isso, a diferenciação entre adolescência e juventude pode enriquecer nossa compreensão dessas fases da vida, sem homogeneizá-las excessivamente.

2) Essa diferenciação pode também ser muito útil para aprimorar nosso conhecimento sobre os sujeitos e descobrir suas reais necessidades, interesses e demandas. Isto é fundamental para a construção de políticas públicas específicas e para a delimitação de direitos e deveres de adolescentes e jovens.

Tomemos a escola como exemplo. Não é fundamental que os professores sejam capazes de diferenciar os indivíduos da 7° série daqueles que freqüentam o 3° ano do ensino médio, considerando seus processos de desenvolvimento? Estando em diferentes momentos da vida, esses jovens apresentam questões, preocupações e necessidades de aprendizagem distintas. Muitas vezes isso ocorre numa mesma sala de aula, em conseqüência da defasagem idade-série.

Sabemos o quanto uma aproximação e um conhecimento desse tipo podem ser valiosos para orientar o processo educativo de forma mais adequada a cada uma das fases.

## Juventude ou juventudes?

Embora a juventude possa ser considerada uma categoria social que agrupa sujeitos que compartilham a mesma fase de vida, precisamos ficar atentos à multiplicidade de experiências que reunimos sob essa ampla denominação. Será que podemos falar numa mesma experiência juvenil vivida por um jovem morador do sertão nordestino, e por um jovem que reside num grande centro urbano? Certamente não.

A classe social do indivíduo, sua condição étnica e de gênero, sua presença ou não no mercado de trabalho e na escola, seu local de moradia urbano ou rural - sua situação familiar e sua orientação religiosa são fatores, entre outros, que vão diferenciando internamente este grupo que chamamos de juventude. E à medida que nos aproximamos ainda mais da realidade social, vamos percebendo que essas clivagens tendem a aumentar, inclusive no interior dos grupos étnicos, das classes sociais e assim por diante. Afinal, dois jovens negros, por exemplo, que possuam diferentes condições econômicas terão provavelmente experiências juvenis muito diferentes.

Por isso, ao falarmos das experiências de vida juvenis propriamente ditas, é preciso reconhecer uma multiplicidade – o que nos leva a falar de juventudes, no plural.

Nesse sentido, vale a pena distinguir a juventude, enquanto fase da vida que possui algumas singularidades, dos sujeitos que vivem essa fase. O campo das experiências dos jovens brasileiros é extremamente diverso e múltiplo, o que implica diversas maneiras de viver a juventude.

[...]

## A juventude é uma transição

Como já foi dito, ser jovem significa pertencer a uma fase de vida singular, conectada a experiências passadas (infância) e às potencialidades da vida futura (idade adulta), o que sugere que a juventude seja uma ponte entre o mundo infantil e o mundo adulto, um período de transição.

A idéia de transição como aspecto central da juventude é tão propagada que nos deteremos um pouco mais sobre ela. Essa idéia apóia-se na suposição de que grande parte das experiências juvenis está ligada à preparação para o ingresso na vida adulta. Isso, entretanto, é bastante controverso. Mesmo concordando haver um caráter de transitoriedade na experiência juvenil, como em todas as outras fases da vida, fica claro que ela não se limita à expectativa de um tempo futuro. Afinal, os jovens participam ativamente da vida social, trabalhando, votando, vivendo sua sexualidade. Eles vivem o seu próprio tempo, desfrutando das vantagens e enfrentando as desvantagens de sua condição. Assim, negam-se a viver em função de um futuro incerto e buscam construir sentidos para a sua vida no presente.

Essa busca dos jovens coloca novos desafios para a família e a escola, duas das principais instituições socializadoras, pois ambas concentram seus esforços na preparação de indivíduos capazes de exercer plenamente seu papel de adulto. São instituições muito preocupadas com a transmissão cultural e com o futuro. No entanto, os jovens estão

num momento de descoberta de si e do mundo, numa busca por novos sentidos e num exercício efetivo no presente. Ao desvalorizar ou até mesmo condenar essa busca, a sociedade e suas instituições deixam de reconhecer e respeitar as peculiaridades de seu momento de vida (Afinal o que importa é o que vão se tornar quando adultos...).

A indefinição de não ser criança nem adulto leva a sociedade a olhar os jovens essencialmente pelo que eles não são, e dificulta uma compreensão da juventude como fase da vida que tenha sentido em si mesma. Quando dirigimos nosso olhar à juventude nos preocupando apenas com o que ela acarretará para a vida adulta, tendemos a prescrever uma série de comportamentos e atitudes que só assumem sentido num tempo futuro. É um erro ancorar os jovens nesta temporalidade projetada, que faz sentido apenas para os adultos que já tiveram oportunidades de construir suas próprias experiências de vida e extrair delas suas lições.

*Não serei o poeta de um mundo caduco.*
*Também não cantarei o mundo futuro.*
*Estou preso à vida e olho meus companheiros.*
*Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.*

*Entre eles, considero a enorme realidade.*
*O presente é tão grande, não nos afastemos.*
*Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.*
*Não serei o cantor de uma mulher, de uma história,*
*não direi os suspiros ao anoitecer,* a *paisagem vista da janela,*
*não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida,*
*não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins.*
*O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes,*
a *vida presente.*

(Mãos Dadas / Carlos Drummond de Andrade)

## Os jovens e a mudança social

Se considerarmos a sociedade como uma contínua construção que requer instituições e regras sociais mais ou menos estáveis, podemos dizer que o jovem chega depois a este mundo. Isso significa que boa parte do que lhe é apresentado foi construído pelos outros, que insistem em convencê-Io de que este é o “melhor dos mundos”. No entanto, por não ter participado e se envolvido em sua construção, o jovem possui mais condições de estranhá-lo e questioná-lo. Isso não significa que ele seja um revolucionário ou que se comporte como um viajante num mundo desconhecido. Mas faz parte de sua condição social estar mais desapegado e aberto a novas experiências do que os adultos.

> *A juventude não é progressista nem conservadora por índole, porém* é *uma potencialidade pronta para qualquer nova oportunidade.*
> (MANNHEIM, 1968, p. 74-75)

A sintonia dos jovens com os processos de mudança aparece sob duas formas principais:
1) Integração à sociedade: os jovens apresentam maior facilidade para se adaptar às mudanças frenéticas da sociedade moderna (uso das novas tecnologias, adesão às novas profissões) e capacidade de propô-las, seja no campo cultural, social ou político.

2) Ruptura com a sociedade: maior tendência para questionar a ordem social, seja através dos movimentos juvenis de contestação, seja através de condutas transgressoras e desviantes.

É muito forte no imaginário social a presença desta última tendência, de acordo com a qual os jovens colocam em xeque a continuidade da vida social e a manutenção do *status quo.* Os jovens tornam grande ameaça e passam a ser alvo de ações específicas destinadas a prevenir seus desvios e domesticar seus impulsos.

## Construção das identidades

Durante a adolescência e a juventude, o indivíduo amplia seu universo de relações para além da família, aproximando-se sobretudo de outros jovens com quem vai realizar novas descobertas e construir novas experiências. Passa a descobrir sua própria individualidade, como algo que não mais se confunde com o ambiente social, mas que é único.

Como afirma Erik Erikson, um teórico da Psicologia, no início da adolescência a criança já adquiriu os instrumentos da idade adulta (linguagem, habilidades físicas, pensamento abstrato, internalização de regras sociais). Durante a adolescência, aprende como usá-los.

A construção da identidade apresenta uma dimensão biológica, uma dimensão individual e uma social – todas interdependentes. Para levar a cabo a complexa tarefa da construção de sua identidade, o adolescente lança mão de toda sua experiência passada, como criança. Ao fazer isso, coordena suas potencialidades com suas perspectivas de futuro.

Até o início da adolescência, o indivíduo foi ampliando seu repertório de vivências e habilidades. A partir daí tratará de dar-lhes um sentido singular, passando a adotar uma perspectiva sobre sua própria vida. Todo esse processo só é possível porque ele já possui um conjunto complexo de habilidades cognitivas e intelectuais.

Ao descobrir suas habilidades, preferências e características, o adolescente passa a confrontar a imagem que constrói de si próprio com as imagens que os outros lhe atribuem. É neste jogo entre o eu e os outros que sua identidade vai sendo construída.
É bom lembrar que a formação da identidade se inicia na primeira infância e percorre todo o ciclo vital, não estando totalmente acabada até a velhice. Trata-se de um processo dinâmico, que se constrói ao longo de toda uma vida. Mas é na adolescência que esse processo atinge seu ápice, sendo esta uma fase da vida crucial na definição das possibilidades futuras.

> *Os jovens devem tornar-se pessoas totais por seu próprio esforço, e isto durante um estágio de desenvolvimento caracterizado por uma diversidade de mudanças no crescimento físico, maturação genital e consciência social. Eu denominei sentido de identidade interior a totalidade a ser alcançada nesse estágio. A fim de experimentar a totalidade, o jovem deve sentir uma continuidade progressiva entre aquilo que ele vem sendo durante os longos anos da infância e o que promete converter-se num futuro antecipado; entre aquilo que ele se concebe ser e o que percebe que os outros vêem nele e esperam dele.* (ERIKSON, 1968. p. 87)

A identidade não se coloca apenas enquanto descoberta de si mesmo, mas também enquanto elaboração de uma orientação de vida. Assim, faz parte desse processo um

trabalho do adolescente e do jovem no sentido de escolher os caminhos a serem trilhados e os rumos a serem perseguidos por eles daí para a frente.

Se uma forte característica da adolescência é a capacidade de integrar experiências passadas com perspectivas futuras, é importante observar que a concretização dessa potencialidade passa cada vez mais a depender do esforço do próprio sujeito (embora as condições sociais sejam cruciais para favorecer ou dificultar esse processo). Aqui passamos a introduzir outro aspecto importante da juventude, a crescente capacidade de autonomia.

## Autonomia e experimentação

Todo o processo de construção de identidade só é possível porque os jovens adquirem a capacidade de processar suas experiências de forma relativamente autônoma, ou seja, a partir do seu próprio esforço pessoal. A identidade não é algo que possa ser construído externamente ao indivíduo. Se por algum desequilíbrio uma pessoa não assume a capacidade de construir uma perspectiva sobre si mesmo, ninguém poderá fazê-lo em seu lugar.

Mas a autonomia não se resume ao processo de construção de identidade. Ela faz parte da expansão do jovem em relação ao mundo social, à sua crescente capacidade de analisar situações, hierarquizar problemas, fazer julgamentos e realizar escolhas. Trata-se de um processo de emancipação.

Nesse sentido, os jovens costumam começar a questionar, às vezes arduamente, as situações em que as decisões já estão prontas e acabadas, pois querem participar ativamente daquilo que lhes diz respeito. Reivindicam o direito de serem ouvidos e considerados. Passam a rejeitar cada vez mais a tutela dos adultos.

Assim, podemos dizer que a autonomia está relacionada à autodeterminação, liberdade, independência e capacidade de governar-se a si mesmo. Seu oposto é a heteronomia, condição típica das crianças, que denota dependência e subordinação.

A autonomia é algo que compõe a experiência juvenil, e também se coloca como uma busca, um valor almejado socialmente. Quanto mais autônomos, mais autênticos e independentes do mundo adulto, conseqüentemente mais donos de si mesmos. A independência, a autenticidade, o desprendimento e a originalidade são ingredientes importantes de uma imagem que é bastante perseguida pelos jovens e pela sociedade moderna como um todo.

*E se eu for o primeiro a prever*
*e poder desistir do que for dar errado?*
*Ora, se não sou eu*
*quem mais vai decidir o que é bom pra mim?*
*Dispenso a previsão!*
*Ah, se o que eu sou é também*
*o que eu escolhi ser, aceito a condição*
*Vou levando assim*
*que o acaso é amigo*
*do meu coração*
*(O velho e o Moço / Los Hermanos)*

Mas, ao falar de autonomia, não podemos esquecer que os indivíduos, uma vez vivendo em sociedade, estão enredados e conectados a outras pessoas, regras e instituições sociais. Assim, a autonomia é sempre relativa, já que o contexto social apresenta restrições e limitações ao seu exercício.

A tomada de decisão e a realização de escolhas estão também relacionadas às oportunidades. Uma jovem de classe alta possui maiores chances de acesso ao ensino superior do que uma jovem das classes populares, o que lhe abre um leque muito mais amplo de possibilidades de escolha profissional, por exemplo.

Assim, as possibilidades reais de autonomia variam de acordo com a classe social dos jovens, bem como com sua condição de gênero e de etnia, entre outras.

Mas a própria capacidade de perceber os limites do contexto social e de lidar com eles diz respeito a uma condição de autonomia. A capacidade reflexiva dos jovens lhes permite se debruçar sobre suas questões e sobre as problemáticas mais amplas do seu meio social. Por esse motivo, quando se vêem diante de restrições e proibições colocadas pelo mundo adulto, os jovens costumam questioná-las e sentem grande necessidade de compreender seus reais motivos. Essa busca é importante para a ampliação cada vez maior da sua capacidade de autonomia, uma vez que, ao se deparar com diferentes idéias e formas de entender o mundo, eles terão de formular e explicitar suas próprias, confrontando-as.

Em períodos históricos anteriores, os jovens tinham pouco espaço para realizar escolhas autônomas, em função dos rígidos controles sociais exercidos pela famí1ia e pelas tradições, mas a situação é diferente na sociedade moderna atual, cada vez mais complexa e mutante, na qual a capacidade de tomar iniciativas e realizar escolhas é bastante exigida dos jovens. Também é fácil perceber a importância do estímulo à autonomia numa sociedade que pretende construir e consolidar práticas democráticas e formar cidadãos participativos.

Cabe refletir se as exigências que a sociedade faz em relação à autonomia dos jovens é proporcional aos recursos que ela lhes tem oferecido para que exercitem essa capacidade.

Temos fortes motivos para achar que não. Como já dissemos, em geral, instituições como a família e a escola tendem a tratar os jovens de forma ambígua: ora são considerados capazes, ora imaturos; ora mais próximos das crianças, ora dos adultos.

Já vimos que essa ambigüidade remonta à própria dificuldade de se definir a juventude de forma substantiva.

É comum que durante os anos escolares, por exemplo, os jovens sejam tratados como aprendizes numa situação de grande dependência em relação à escola e aos professores, já que estão em geral excluídos da maioria das decisões dessa instituição. De fato as oportunidades para o exercício da reflexividade e da autonomia pelos jovens são bastante reduzidas no contexto da escola. No entanto, essa mesma instituição, que oferece poucos espaços para o exercício da autonomia juvenil, poderá cobrar dos jovens importantes decisões, como por exemplo a escolha da carreira universitária no 3° ano do ensino médio.

Parece haver um desequilíbrio entre as exigências feitas aos jovens e as condições e recursos oferecidos a eles para que as respondam positivamente.

Isso não significa que os jovens não tenham suas próprias responsabilidades e deveres – e são muitos. O cumprimento das tarefas escolares e a própria construção de uma trajetória escolar individual são trabalhos que exigem muito empenho e energia. Para muitos jovens, os cuidados com a casa e com os irmãos mais novos também implicam grande responsabilidade. No entanto, essas tarefas nem sempre são consideradas como signos da autonomia juvenil, mas, ao contrário, podem coexistir com uma visão bastante tutelada dos jovens.

O jovem se defronta com uma quantidade muito maior de alternativas e de possibilidades de escolha do que a criança. É importante que a sociedade lhe dê oportunidade de conhecer os vários papéis sociais possíveis de serem desempenhados no futuro, e de ensaiar e experimentar escolhas nesse sentido. Só assim ele poderá descobrir suas preferências e aptidões.

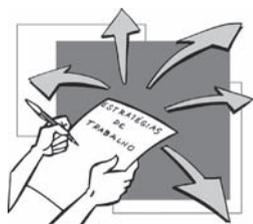
Explorar suas próprias possibilidades individuais e as possibilidades do mundo faz com que os jovens construam conhecimentos sobre si próprios, e lhes permite colocarem-se à prova, confirmando, negando e reformulando suas hipóteses sobre si mesmos.

Faz parte desse processo poder reverter algumas escolhas feitas, como exercício de autoconhecimento e de ensaio para algumas decisões futuras. Mesmo que várias delas acabem assumindo caráter definitivo, muitas outras são provisórias e reversíveis. Essa reversibilidade nas escolhas é algo fundamental na vivência juvenil.

No contexto dessa experimentação, muitos jovens passam a se engajar também em condutas de risco. O uso de substâncias psicotrópicas, a prática de esportes radicais, os rachas de automóveis e o surfe ferroviário nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro são exemplos dessas condutas. Uma possível explicação seria a maior distância, ao menos simbólica, dos jovens em relação à morte, o que os levaria a arriscar mais os seus limites.

É verdade que o risco é um elemento central da vida moderna. Afinal, quem hoje em dia está livre do desemprego? E dos acidentes tão presentes no nosso dia-a-dia? E da violência das grandes cidades? Mas, mesmo se apresentando tanto para adultos quanto para jovens, o sentimento do risco é experimentado mais intensamente pelos últimos, na condição de sujeitos em processo de integração ainda difusa no mundo social.

## Referências

ERIKSON, Erik. H. *Identidade, Juventude e crise*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.
MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO, Sulamita de. *Sociologia da juventude I.* Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

# Sugestões de estratégias de trabalho

Com a leitura do texto, pretende-se promover, na escola, a discussão sobre as juventudes, os processos de construção da identidade dos jovens e, de forma específica, propor ações que reforcem seu protagonismo no âmbito da escola onde convivem, diariamente.

As propostas poderão ser desenvolvidas: a) No Fórum Escolar de Ética e de Cidadania. b) Nas salas de aula.

**Na reunião do Fórum:**

Na reunião do Fórum, tendo o texto como referência, pode-se seguir dois caminhos alternativos para se discutir as idéias centrais do texto de Ana Paula Corti e Raquel Souza.

O primeiro caminho passa pelo convite a um(a) especialista (por exemplo, uma psicóloga, da escola ou não) que, tendo tido acesso antecipado ao texto, prepara uma palestra para a reunião, apontando as diferenças entre adolescência e juventude e os processos de construção da identidade adolescente. Dessa forma, de maneira sistematizada, as pessoas têm acesso a explicações mais elaboradas e têm a oportunidade de tirar dúvidas com o(a) especialista convidado(a).

Um segundo caminho, adotado em outras propostas deste programa, pressupõe dividir os participantes do Fórum em grupos e cada um deles se responsabiliza por aprofundar a leitura de um dos tópicos do texto. Tendo tido acesso antecipado ao mesmo, as pessoas podem promover leituras extras e trazer para a reunião: bibliografia complementar, dúvidas específicas ou a opinião de especialistas sobre a juventude retiradas, por exemplo, de sites. Após a apresentação da síntese de cada um dos grupos, pode-se promover uma discussão sobre as características da juventude hoje, e, principalmente, falar sobre as características, negativas e positivas, dos jovens da sua escola.

Independentemente do caminho escolhido, a reunião do Fórum pode terminar com a realização de uma pesquisa coletiva, envolvendo toda a escola, sobre os espaços de participação que os jovens têm na comunidade. Tal pesquisa será mais bem detalhada a seguir.

### △ Nas salas de aula:

A organização deste projeto de pesquisa será mais bem definida pelo grupo, em função do número de turmas envolvidas em seu desenvolvimento.

Como idéia inicial, sugerimos que, em grupos, o(a)s estudantes da escola desenvolvam uma pesquisa que os leve a conhecer os espaços de participação juvenil na escola e no bairro onde moram. Cada grupo pode se responsabilizar pelo estudo de uma temática. Assim, os temas podem ser divididos entre grupos de uma mesma sala ou cada turma pode se responsabilizar por uma temática específica.

As temáticas gerais possíveis de serem estudadas podem ser: cultura, lazer, esportes, política, trabalho ou qualquer outra significativa na comunidade.

A abordagem deve obedecer à metodologia de pesquisa científica, no sentido de que os dados devem ser obtidos por meio de instrumentos validados por outras pesquisas na área, como entrevistas escritas ou orais, abertas, fechadas ou semi-estruturadas, ou por meio de observações diretas da realidade.

Uma das estratégias possíveis de serem adotadas pelos grupos, dependendo da temática em estudo, envolve o mapeamento da região e a construção do que pode ser chamado de itinerários ou trilhas. Mapear o entorno, no caso deste projeto, pode significar direcionar o olhar para a percepção da realidade ou identificar espaços e tempos, na comunidade, em que a participação dos jovens é promovida ou é tolhida. Ou mesmo, detectar que eles têm uma participação passiva, de expectadores.

Esse levantamento pode identificar que locais, organizações, instituições, equipamentos públicos, pessoas, existem no entorno da vida cotidiana dos estudantes da escola, buscando entender como permitem, promovem ou impedem a participação democrática dos(as) jovens em seu desenvolvimento e/ou tomadas de decisão.

Do ponto de vista concreto, a dinâmica pressupõe que os grupos saiam do ambiente escolar com o objetivo de mapear o bairro e os espaços de cultura, lazer, esportes, política, trabalho e outros. Isso demanda um olhar específico para esse objetivo e exige registro da realidade constatada.

Localizados tais espaços, entra em cena a coleta científica de dados, quando serão identificadas, por meio de entrevistas e de observações, a participação dos jovens no dia dia de seu funcionamento e nos processos de gestão e de decisão.

Todos os dados coletados podem ser alvos de atividades e reflexões no interior da escola e do Fórum Escolar de Ética e de Cidadania. No âmbito do currículo escolar, uma vez mais, dependendo dos professores envolvidos no projeto, as diferentes disciplinas podem se envolver de forma específica ou interdisciplinar, na produção dos relatórios, textos, etc.

Se a escola tiver acesso a equipamentos de rádio comunitária, os diferentes estudos podem fornecer matérias para a produção dos programas da rádio. As entrevistas podem aparecer no jornal da escola e os relatórios podem ser encaminhados às diversas instituições e equipamentos públicos do bairro, apontando o quadro de participação juvenil na comunidade.

Uma possibilidade decorrente do projeto é, ao seu final, a criação de um "fórum da juventude", que reunirá os jovens interessados em promover a transformação das relações entre as instituições de seu entorno e os jovens da comunidade. Tal iniciativa pode surgir e ser incentivada no âmbito do Fórum Escolar de Ética e de Cidadania.

# Ética

## Ideologia e globalização

## Protagonismo juvenil

Para discutir questões éticas, relacionadas à globalização, e o papel da mídia influenciando o comportamento humano, sugerimos que a escola assista ao curta-metragem *Meow*. O filme, uma animação do diretor Marcos Magalhães, ganhou, entre outros, o Prêmio Especial do Júri no Festival Internacional de Cannes, em 1982.

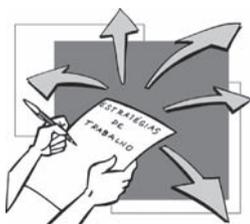
Ele apresenta um gato esfomeado, que, sem leite, é convencido pela propaganda e pela pressão, muitas vezes violenta, a beber um refrigerante – a "Soda-Cólica". *Meow* é uma bem humorada crítica à globalização, e mostra, com simplicidade, uma lição de moral bem articulada que pode gerar interessantes debates e produções de projetos na escola.

## Meow

**Gênero:** Animação
**Diretor:** Marcos Magalhães
**Ano:** 1981
**Duração:** 8 min
**Cor:** Colorido
**País:** Brasil.

**Ficha Técnica**
**Animação:** Marcos Magalhães.

**Prêmios recebidos**
Melhor Filme - Júri Popular no Festival de Brasília 1981
Melhor Roteiro no Festival de Brasília 1981
Prêmio Especial do Júri no Festival Internacional de Cannes 1982.

**Site onde o filme pode ser encontrado:**
*http://www.portacurtas.com.br/Filme.asp?Cod=811*
*www.mec.gov.br/seb*

# Sugestões de estratégias de trabalho

Inicia-se o trabalho sobre o curta-metragem *Meow* com uma rodada de discussões, em sala de aula, sobre o que entenderam do vídeo. É importante deixar o(a)s estudantes manifestarem, livremente, suas opiniões, mas o debate não deve demorar mais do que 5 ou 10 minutos.

Na seqüência, propomos a realização de uma dramatização, baseada na técnica de *role-playing*. Essa técnica permite, ao sujeito, colocar-se no lugar de outros personagens, em uma situação de conflito, trazendo para sua vivência pessoal os sentimentos e problemas das outras pessoas.

Para isso o(a) docente deve elaborar um pequeno texto que apresente um conflito, relacionado ao papel da mídia na definição de comportamentos adolescentes, caracterizando bem os personagens envolvidos na situação. É solicitado que voluntários(as) (5 a 6 estudantes) se apresentem para realizar a dramatização e entrega-se a eles(as) o texto. Sugerimos que isso ocorra imediatamente após a exibição do curta-metragem *Meow*, marcando de 5 a 10 minutos para que alunos e alunas preparem a dramatização.

Como sugestão, apresentamos a seguir um texto que pode ser utilizado para a realização dessa aula:

Em uma aula de Língua Portuguesa, D. Dulce, a professora, solicitou aos alunos e às alunas que fizessem uma dissertação sobre "A influência da mídia no consumo de cerveja pelos jovens". Geraldo, um dos melhores alunos da sala em redação, ao fazer sua dissertação, resolveu dissertar sobre "As provas científicas de que o jovem não se deixa influenciar pela mídia". Ao final da aula a professora pediu que alguns alunos e alunas, voluntariamente, lessem seu trabalho. Dentre vários voluntários, Geraldo leu sua dissertação para a turma. A professora, ao se inteirar das idéias de Geraldo durante a leitura, interrompe-o, proibindo-o de prosseguir, e afirmando, diante de toda a turma, que ou ele refazia sua dissertação de acordo com o pedido por ela ou ele ficaria sem a nota de redação aquele mês. Estabelece-se, então, uma discussão na sala de aula.

Além de Geraldo e D. Dulce, os seguintes personagens participam da discussão:

PERSONAGEM 1: Aluno(a) que defende a posição da professora, e defende também que as propagandas de televisão provocam o aumento de consumo de cerveja e de outras bebidas pelos jovens.

PERSONAGEM 2: Aluno(a) que defende as idéias de Geraldo e também acredita que os jovens são autônomos o suficiente para não aceitar imposições da mídia.

PERSONAGEM 3: Aluno(a) que defende a liberdade do mercado e a idéia de que as indústrias têm o direito de divulgar seus produtos livremente, inclusive por que isso gera empregos.

A dramatização deve durar cerca de 15 minutos. Como parte da técnica, após alguns minutos de dramatização e quando as posições de cada personagem já estiverem claras para a turma, o(a) professor(a) pode promover, de surpresa, substituição dos atores, escolhendo alguns alunos ou alunas que estejam assistindo à dramatização para que assumam os papéis da peça. Essa é uma maneira de permitir que mais estudantes participem da dramatização, ao mesmo tempo em que obriga os que estão de fora da cena a prestarem mais atenção na peça, porque podem ser solicitados a participar em qualquer momento.

Quando os argumentos começarem a se repetir, ou em função do tempo, o(a) professor(a) deve encerrar a dramatização e, organizando a turma em círculo, promover um debate com todos os alunos e alunas sobre o tema "O papel da mídia na determinação do comportamento dos jovens".

Caso o objetivo do(a) professor(a) ou da escola seja prosseguir trabalhando o tema, antes do encerramento da aula o(a) professor(a) poderá pedir aos alunos e alunas que se organizem em pequenos grupos, com a tarefa de trazer para a próxima aula situações em que o comportamento dos jovens é influenciado pela mídia. Pode ser solicitado que tragam materiais diversos como: reportagens de jornal, de revista, filmes, ou mesmo descrição de casos concretos que tenham experienciado junto com seu grupo de amigos(as). Uma outra possibilidade interessante é pedir que escrevam um roteiro teatral, aproveitando situações relacionadas ao tema.

De acordo com a disponibilidade de tempo e/ou do interesse da turma, o resultado da pesquisa poderá ser apresentado na aula seguinte por cada grupo, ou se prolongar por

mais aulas, para que os grupos possam apresentar resultados mais completos. Ao final da programação, poderá ser solicitado que redijam uma dissertação, por exemplo, sobre o tema "A influência da mídia no consumo de cerveja pelos jovens".

Uma outra possibilidade de atividade, dando continuidade ao estudo do tema, é aprofundar o conhecimento sobre os efeitos que a bebida alcoólica pode ter no corpo e no comportamento humano. Dependendo de outros professores interessados em participar do projeto, pode-se estudar a temática em aulas de Química, Biologia, Física e Matemática. Artes, Língua Portuguesa e Inglês, também, podem trabalhar diferentes formas de representação e de linguagens, a partir dos resultados obtidos nos estudos.

Ética

Participação dos jovens na escola

# Protagonismo juvenil

Quais os caminhos possíveis para transformar a instituição escolar em espaço de participação democrática? As experiências e depoimentos que se seguem podem ser tomados como ponto de partida e como referências para ações que vislumbrem a participação efetiva dos(as) estudantes na vida escolar e a construção de uma escola mais democrática.

A primeira experiência retrata o processo de construção do *Grêmio Estudantil* numa escola estadual. Com depoimentos da professora e do educador que apoiaram a iniciativa, é possível adentrar os processos de aprendizagem presentes nas etapas – aprender a dialogar, a participar, a tomar decisões, etc., bem como as resistências e dificuldades também nelas presentes. Fica explícita, na referida experiência, a importância de uma decisão política da escola, tomada coletivamente pelos(as) docentes e demais profissionais, de apoiar tal iniciativa.

A segunda experiência traz um trabalho de fortalecimento da representação discente, desenvolvido com 42 jovens representantes de classe do ensino médio de duas escolas estaduais. Tal trabalho, no formato de oficinas, foi estruturado sob três eixos: diagnóstico dos processos de eleição e participação discente no interior das escolas; discussão sobre democracia, gestão democrática e conceitos de participação; elaboração de propostas para o fortalecimento dos representantes. A partir desse trabalho, os jovens puderam se organizar para efetivar as propostas e estratégias construídas no contexto das oficinas. Como na construção do grêmio, destaca-se a necessidade de se receber apoio da instituição escolar para a referida prática. No caso em questão, houve negociação prévia com a direção, a coordenação pedagógica e com os(as)professores das instituições envolvidas.

Por fim, a terceira e última experiência retrata um projeto que, inicialmente, nasceu com o intuito de contornar as dificuldades de leitura e escrita dos estudantes de uma escola estadual, no município de Cachoeira (CE). Sem dispor de biblioteca, a referida escola desenvolveu, com apoio do Clube do Jornal, um projeto que envolveu a produção de um jornal escolar. Para além da apropriação da escrita, os jovens envolvidos nesse projeto passaram a se interessar pela vida dentro e fora da instituição

escolar. De tal interesse emergiu uma maior participação política desses jovens, que organizaram uma rede de apoio para garantir a permanência dos jornais nas escolas. De um modo ou de outro, as três experiências dão visibilidade aos processos de construção de práticas democráticas no interior das instituições escolares. Vale a pena lê-las e analisá-las!

CORTI, Ana Paula & SOUZA, Raquel. *Diálogos com o mundo juvenil:* subsídios para educadores. São Paulo: Ação Educativa, 2004. p.151-165.

## Múltiplos caminhos para a participação dos jovens na escola

Garantir a participação dos estudantes nos espaços de decisão da escola é fundamental para compreender o que os jovens possuem como expectativa em relação à instituição. Ao mesmo tempo, é uma forma de fazer com que a escola seja um espaço de vivência, de práxis democrática. E qual é o caminho possível para que isso ocorra?

Acreditamos que não há apenas um, mas vários caminhos. Há meios mais conhecidos de participação dos estudantes na escola, como o grêmio estudantil, mas há também outros, pouco considerados, como os representantes de classe e o próprio conselho de escola. Há ainda iniciativas que, por vias diferentes, ampliam a participação dos estudantes. Todos esses caminhos, no entanto, dependem de um posicionamento político da escola em querer se tornar um espaço mais democrático e mais participativo.

Para isso, não basta querer viver a democracia. É também necessário que todos aprendam juntos como se conquista essa condição e como devem se organizar, dentro de uma instituição complexa como a escola.

As diretrizes curriculares mais recentes afirmam a necessidade de a escola trabalhar com temas caros à democracia, como a tolerância, o respeito à diversidade cultural, a ética e a solidariedade. Porém, mesmo que tenham sido incorporados ao currículo, pouquíssimas vezes tais temas se conectam a um processo prático de democracia interna nas escolas.

Muitos estudantes até sabem da existência do Conselho de Escola, mas será que conhecem a sua importância? Sabem que por meio desse espaço podem influir nas tomadas de decisão da escola? Há um momento específico, de caráter formativo, para que os jovens compreendam o que é representação política?

## Escola Pastor Cícero Canuto de Lima: a experiência do grêmio estudantil

Em 2002, a professora Patrícia Cerqueira apoiou os estudantes da Escola Estadual Pastor Cícero Canuto, onde trabalhava como coordenadora pedagógica, a constituir um grêmio. A experiência se deu com a participação da escola no projeto Grêmio em Forma, uma iniciativa do Instituto Sou da Paz, em parceria com o programa Paz Nas Escolas, do governo federal.

A escola resolveu aderir à proposta do Instituto e a professora tornou-se uma grande apoiadora dos jovens interessados no assunto. Ela conta que seu interesse está relacionado à sua própria trajetória:

*Sempre simpatizei com os gremistas, porque na minha juventude também participava do centro cívico, que é o nome antigo que se dava para o grêmio estudantil. O grêmio é um espaço de construção do jovem. Sem ele, a escola só consegue viver de acordo com a cabeça de professores, de coordenadores e da direção. Além disso, é uma estratégia de inserção importante dos jovens no mundo político. É muito compensador ajudá-los a se organizar.*

A hipótese do projeto Grêmio em Forma é a de que, nas escolas em que há o espaço do grêmio para a organização juvenil, os conflitos passam a ser negociados de forma democrática, diminuindo os problemas de violência.

Ao divulgar as oficinas que seriam realizadas com os jovens, cerca de 160 estudantes interessaram-se em participar. Na maioria das inscrições, os jovens destacavam acreditar que por meio do grêmio conseguiriam resolver questões como depredação, realização de atividades culturais envolvendo a cultura hip hop ou, simplesmente, melhorar a escola.

Dos 160 inscritos, foram selecionados 30 para participar do trabalho, de acordo com critérios de gênero, representatividade de séries e experiência de organização comunitária ou de grupo.

Foram realizadas oficinas com os estudantes sobre diversos temas: direitos humanos e cultura de paz; cidadania e participação; conceitos de democracia e democracia na escola; a importância e o papel do grêmio estudantil; estratégias de mobilização e mecanismos institucionais. Paralelamente, os estudantes, junto com o diretor e o coordenador pedagógico, organizaram o processo eleitoral, que envolve a elaboração de um estatuto e de princípios, a formação de chapas, divulgação etc.

Durante esse trabalho, o número de participantes da oficina teve uma grande redução. Apenas dez jovens permaneceram até o encerramento do processo de formação, que culminou com a realização de uma Assembléia Geral dos Alunos, promovida por esse grupo. Eles decidiram então instituir uma comissão pró-grêmio.

Um dos educadores do Instituto Sou da Paz, Thales Santos Alves, analisa essa redução:

*Entre o início e o fim, alguns estudantes afastaram-se. As oficinas aconteciam no período noturno. Então, muitos saíram porque não podiam ou não queriam fazer aquilo em outro horário que não fosse o letivo. Muitos se afastaram, também, porque descobriram que não tinham interesse naquilo. No final, ficou o pessoal realmente interessado, superdisposto para fundar o grêmio da escola.*

Foram criadas duas chapas gremistas: a União Jovem e a Do Balacobaco. Ambas possuíam alunos que participaram das oficinas. Teve início assim o processo eleitoral, concluído com a realização de um debate entre as chapas, nos três períodos de aula – uma estratégia muito valiosa de aprendizagem, como afirma Thales:

*Foi o momento mais importante e independente dos jovens. No debate eles apresentaram as propostas das chapas e tiveram que argumentar muito, fazer suas leituras sobre a escola e entrar em contradições. O auditório da escola estava cheio. A chapa União Jovem tinha como principal defesa a idéia de reabrir o laboratório de informática, enquanto que a Do Balacobaco queria investir em iluminação, o que deu muita discussão sobre*

*qual é a função do Estado, e quais são as possibilidades e estratégias do movimento estudantil para pressionar o governo a melhorar as condições da escola pública. Foi muito bonito.*

Num primeiro momento, as manifestações dos estudantes foram pouco organizadas. A professora Patrícia explica que isso tem a ver com a falta de experiência, mas também com a vontade de se fazer ouvir e se respeitar, fomentada durante o processo de organização dos grupos e nas oficinas, que promovem debates calorosos. Aquilo que pode parecer só gritaria aos olhos de uns, é na verdade um processo de aprendizagem.

Com pouco mais de 500 votos, a chapa União Jovem venceu a eleição. A partir desse momento, era preciso colocar as idéias em prática e começar a interagir com os professores. Foi aí que começaram os conflitos. Patrícia comenta que valorizar essa participação juvenil nas escolas é uma decisão política, que tem de ser tomada coletivamente pelos professores e demais profissionais. Sem isso não é possível garantir o necessário espaço de autonomia dos jovens e nem respeitá-los como interlocutores.

A organização estudantil demanda muito apoio e diálogo dos estudantes com professores e membros da equipe técnica. Mas muitos professores acham bonita essa participação, desde que ela não acarrete mudança alguma para o seu cotidiano. Assim, envolvem-se muito pouco com o assunto, ora porque dispõem de pouco tempo (tomado pelas aulas), ora porque não vêem muito sentido em dispor de seu tempo para tal atividade.

Patrícia comenta a dificuldade que os estudantes têm de passar recados na sala de aula e saírem no período de aula para a organização de atividades planejadas pelo grêmio. Além disso, a escola não institui espaços específicos para que os jovens se encontrem - todas as salas são tomadas pelas aulas, a sala dos professores nunca está disponível, a sala em que são guardadas as cadeiras quebradas não pode ser desfeita.

Outra questão diz respeito à percepção da escola quanto ao sentido da participação dos jovens. Na medida em que esta não é compreendida como objetivo da instituição, a organização e o trânsito pela escola fora do horário de aula são vistos como arruaça por muitos profissionais. O tema da participação juvenil sequer é discutido nos espaços coletivos dos professores. Tampouco se transforma em atividade pedagógica. Patrícia comenta:

*Muitos professores encaram o grêmio como uma atividade destinada aos estudantes mais bagunceiros da escola. O que eles não percebem é que essa participação geralmente produz impactos muito significativos sobre a relação que o jovem estabelece com a escola e mesmo sobre seu interesse pelos saberes escolares. Não se leva em conta que ninguém nasce com práticas democráticas já internalizadas e de que a ação do grêmio, embora deva ser autônoma, demanda apoio e trabalho pedagógico.*

O grêmio encontrou dificuldade em influir na organização da escola e cumprir aquilo que havia proposto no período eleitoral. Reivindicavam uma sala para se organizar, mas depararam-se com os questionamentos dos professores. Em decorrência disso, os gremistas passaram a encontrar uma oposição e uma contestação de amigos que questionavam os rumos da organização e sentiram-se mais fragilizados.

Com base nessa experiência, o Instituto Sou da Paz passou a oferecer, a partir de 2003, uma assessoria aos grêmios estudantis já constituídos e a mediar o diálogo entre jovens estudantes e professores.

Já a professora Patrícia – que não compõe mais o quadro da Escola Pastor Cícero – conseguiu espaço para realizar uma oficina com professores na escola em que está dando aulas agora. A proposta é fazer, nos horários do trabalho pedagógico coletivo (HTPC), atividades que levem os professores a constituir estratégias para estimular e viabilizar a participação dos estudantes, sem criar um clima hostil na escola, como explica Patrícia:

> *Não adianta tratorar, ser autoritária e impor determinadas questões para professores e para os alunos. Isso inviabiliza o trabalho, cria indisposição entre os profissionais e não facilita a vida dos jovens. No entanto, é preciso ponderar os sentidos e obrigações da escola e produzir consensos em reuniões no conselho. O que a escola compreende como democracia e participação? Quais são os espaços de encontro dos estudantes, de organização e de autonomia? Tudo isso precisa ser decidido coletivamente.*

## Fortalecendo o papel dos representantes de classe nas Escolas Eulália Malta e Virgília Rodrigues

O Projeto Culturas Juvenis, Educadores e escola, desenvolvido pela ONG Ação Educativa, fez uma parceria com as escolas Estaduais Eulália Malta, de Embu das Artes (SP), e Virgília Rodrigues Alves de Carvalho Pinto, da Zona Oeste da cidade de São Paulo, visando a desenvolver experiências capazes de tornar a escola um espaço mais significativo para os jovens. Entre as várias ações realizadas, foi organizado um trabalho de fortalecimento da representação discente. Em 2003, um total de 42 jovens representantes de classe do ensino médio das duas escolas participaram de oficinas para discutir a participação dos estudantes na vida das instituições.

A proposta envolveu uma negociação prévia com a direção, coordenação pedagógica e professores, a fim de que a iniciativa fosse efetivamente assumida pela equipe, que deveria estar aberta aos conflitos que poderiam surgir. Uma oficina seria o primeiro passo de um processo mais amplo, que teria seus maiores desafios depois, no estabelecimento de canais de diálogo e de uma rotina de comunicação entre representantes e seus representados, e entre os representantes e direção, coordenação e professores.

A oficina, com duração de 12 horas, estruturou-se nestes eixos: diagnóstico dos processos de eleição e participação discente no interior das escolas; discussão sobre democracia, gestão democrática e conceitos de participação; e, por fim, elaboração de propostas para o fortalecimento dos representantes.

Nos primeiros encontros foram levantados os motivos que fizeram os jovens assumirem o cargo de representantes, sua percepção no exercício do cargo e sua percepção do olhar de seus colegas de classe e dos membros da equipe técnica da escola. Em folhas de sulfite de cores distintas, os estudantes responderam individualmente às seguintes perguntas: Como a coordenação e os professores vêem o representante discente? Como meus colegas estudantes vêem o representante? Como eu vejo o papel de representante discente? – as respostas foram socializadas e expostas em três quadros distintos.

Foi surpreendente a diversidade de caminhos e motivos que levaram, numa mesma escola, os jovens a serem representantes de sua turma: falta de opção de outros candidatos, gozação dos colegas, convocação da coordenação ou dos professores. Foram também variáveis para a indicação: ser inteligente aos olhos dos amigos ou do professor, ser comunicativo, ser um "cdf" ou um "nerd", dar um jeitinho em tudo, ser malandro ou ser amigo de todo mundo.

Além disso, variaram bastante os meios para a escolha dos representantes. Enquanto em uma sala houve eleição, na outra quem tomou a decisão foi o professor. Em outros casos, houve interferência do diretor, que decidiu, a partir de uma lista, quem seria o representante. De maneira geral, os jovens foram informados de que deveriam fazer a escolha de seu representante quase instantaneamente, num mesmo dia, sem tomar muito tempo, sem debate e sem discussões. Não perceberam, portanto, regras e procedimentos claros para o processo eleitoral ou para os motivos que os qualificavam a representar seu grupo.

Os estudantes desconheciam ainda a diversidade de caminhos e de significados para a representação, uma vez que não se conheciam e nunca haviam se encontrado para trocar experiências. Passaram, então, a discutir a importância de procedimentos mais claros e democráticos para a escolha dos futuros representantes. Debateram também o papel do representante discente, suas atribuições e funções.

**Ser representante é:**

Uma pessoa que tem muita responsabilidade e quer o bem da classe.
Alguém especial.
Alguém normal, mas com mais responsailidade.
Um exemplo da sala.
Uma pessoa que deveria ter um papel mais autoritário perante a sala.
Quem tem que agüentar a tudo e todos.
Quem tem que dar exemplo para a turma.
Quem dialoga pelos amigs.
Quem tenta melhrar a convivência do aluno com a escola (professores, diretoria, coordenação)...

Retirado de respostas de uma turma de representantes discentes.

Com base nesse diagnóstico, passou-se a construir uma nova idéia de participação e democracia. Ao invés de levar conceitos prontos, privilegiou-se o levantamento de idéias e o debate. Depois das discussões, os estudantes montaram coletivamente uma definição de participação:

> *Colocar idéias em prática, respeitando e sendo respeitado pelo grupo. Unir-se com outros respeitando a diferença. Para participar é preciso ser ativo, ter coragem e consciência.*
> (dos representantes da Escola Eulália Malta)

> *Participação é tomar consciência das atitudes e maneiras de agir para a melhoria do grupo que fazemos parte. É a possibilidade de dialogar, de conversar e de fazer acordos com diversas pessoas, reivindicar e interagir. Trata-se de uma forma de distribuir o poder, transformando as pessoas, tornando-as mais ativas e*

*críticas. Num espaço participativo, todos possuem direito de elaborar, recomendar e reivindicar e não apenas aceitar o que lhes é proposto.*
(dos representantes da Escola Virgília de Carvalho Pinto)

Nos dois casos, a definição proposta para participação coloca o sujeito num papel de escuta, de negociação e de proposição. Restava saber, então, se os estudantes estavam dispostos a construir essa participação. De maneira geral, eles elogiaram bastante suas escolas e destacaram sua importância como espaço de sociabilidade, de encontro com a diferença e de aprendizado. Por outro lado, destacaram a apatia e a desmobilização de professores e alunos frente aos problemas, além do desrespeito generalizado no interior da instituição.

A percepção de sua importância, de um lado, e da necessidade de melhorá-la, de outro, foi o gancho encontrado para perceber as possibilidades de participação do representante na construção de uma escola mais democrática.

Essa discussão fez os estudantes denunciarem algumas situações que dificultam muito sua participação: quase nunca são comunicados com antecedência sobre reuniões e tomadas de decisão coletiva; não têm espaços de discussão com seus representados; não tinham conhecimento sobre a existência de documentos, tais como o regimento escolar, o plano pedagógico e a legislação, de maneira mais abrangente; quando participam dos conselhos acham que, na maioria das vezes, são chamados apenas para fazer "cena", porque os conselhos discutem assuntos dos quais eles não têm conhecimento e ninguém se dispõe a introduzi-los no debate.

Por fim, com base na identificação desses problemas, os representantes discentes elaboraram, na oficina, propostas para melhorar sua atuação.

### Propostas elaboradas pelos representantes de sala Escola Eulália Malta

**Meta 1:** Professores mais bem informados do que acontece na escola e no trabalho dos representantes. Mais organização por parte da direção. *A escola valorizando e confiando mais nos alunos.*
- A escola deve organizar um grêmio estudantil, pois com essa organização ganha-se respeito e espaço. Nós, alunos, nos organizaremos e iremos propor uma reunião para conversar sobre o grêmio estudantil.
- Nós, alunos, temos que cobrar mais da direção. Temos que pressionar e correr atrás do nosso direito de estarmos bem informados (cartazes, reuniões e avisos).

**Meta 2:** Mais respeito. Mais espaço para os alunos (para se reunirem, se organizarem). Que os representantes sejam informados sobre o que acontece na escola. Mais contato/comunicação entre os alunos representantes e direção.
- Organizar mais reuniões, expor novas idéias e opiniões. Assim, estaremos mais informados.
- Reunião entre representantes de classe, direção e coordenação, uma vez por mês.

- Organizar, ao menos uma vez por mês, reuniões com os alunos representantes de todos os períodos com coordenação, direção e vice-direção. No mesmo dia, os representantes se reunirão para discutir uma pauta comum.

**Meta 3:** Mais cobrança/insistência dos alunos da parte da manhã. Existência de diálogo entre alunos da manhã, tarde e noite. Que não exista mais diferença entre manhã e noite.
- Reuniões semanais com coordenação e representantes de cada período.
- Voltar a produção dos jornais semanais para manter os alunos sempre bem informados. Os representantes não fariam o jornal, mas se responsabilizariam por agitar a escola (alunos, professores...).

Com o fim da oficina, nas duas escolas, os representantes discentes começaram a se organizar para efetivar as propostas construídas coletivamente. Seguiram-se reuniões com a equipe técnica de cada instituição. Na Eulália Malta, os representantes, com apoio dos professores coordenadores de classe, organizaram um dia de consulta às turmas (seus representados) sobre quais os caminhos para melhorar a escola e o papel do representante nesse assunto. Os estudantes levantaram uma lista de propostas e até o fim do ano conseguiram organizar um campeonato de futebol interclasses, envolvendo os três períodos. Foram constituídos grupos, em ambas as escolas, que se responsabilizaram por realizar o mesmo trabalho de discussão com os candidatos a representantes discentes do próximo ano letivo.

No final da oficina os estudantes fizeram uma avaliação da atividade e destacaram como principal fator positivo o fato de terem discutido na escola questões como democracia e funcionamento interno. Ressaltaram a importância de conhecer os outros representantes e compartilhar os desafios, trabalhando em conjunto. Explicitar o perfil de um representante também é fundamental, como diz o estudante Giliard Batista Maia, de 17 anos:

> *Eu tenho várias idéias para fazer a escola melhor, mas às vezes não tem espaço. Eu gosto de estar à frente de muitos projetos, organizar as coisas, jogar vôlei. Acho que por isso sou representante. Eu sou representante da minha turma desde a 5° série. A oficina foi legal porque muitas vezes nós pensávamos que estávamos fazendo o papel de representante e não estávamos.*

Por outro lado, os jovens também destacaram os desafios que permanecem mesmo após a realização da oficina. O maior deles diz respeito ao estabelecimento de uma rotina de diálogo e comunicação nas escolas e à criação de estratégias, compartilhadas com os professores, de diálogos periódicos com os demais jovens estudantes.

## Apoio a iniciativas juvenis

Ainda no âmbito do projeto Culturas Juvenis, Educadores e Escola, foi realizado no ano de 2003 um concurso de iniciativas juvenis nas duas instituições de ensino já mencionadas: a Eulália Malta e a Virgília de Carvalho Pinto. A idéia surgiu da constatação de que há, no interior das escolas, jovens que estão dispostos a organizar e promover eventos, festas, bailes,

festivais, campeonatos, grupos de estudos e de teatro, mas não têm afinidades com o modo de organização do grêmio ou não pensam em se tornar representantes de suas turmas.

A iniciativa envolveu a participação dos diversos segmentos de cada escola em todas as suas fases e também dos pais, na seleção dos projetos. Sua realização e os critérios de participação foram inicialmente divulgados a todos os estudantes do ensino médio. Eles precisavam apresentar à coordenação da escola propostas de atividades coletivas (não foram aceitas iniciativas individuais). As propostas deveriam conter, além da descrição dos objetivos, os esboços do passo a passo das atividades e do orçamento.

Nesse processo de elaboração, professores e coordenadores pedagógicos tiravam dúvidas e, em alguns casos, quando solicitados, opinavam em questões orçamentárias e procedimentos.

Decorridos alguns dias desde a divulgação do concurso, foram criadas, nas duas escolas, comissões julgadoras compostas por representantes dos diferentes segmentos da comunidade escolar – pais, professores, coordenação e alunos.

Na Escola Virgília de Carvalho Pinto, foram elaboradas 105 propostas, das quais foram selecionadas quatro para receberem os recursos necessários à sua implementação: 1) criação de um grupo de estudos pré-vestibular formado pelos alunos da escola; 2) dinamização de um espaço abandonado da instituição para criação de um solário, aberto à circulação dos alunos e destinado a se tornar um espaço de convivência; 3) Festa das Décadas, envolvendo todas as salas de aula e diversas disciplinas, em atividades de pesquisa sobre as diferentes décadas do século 20 e apresentação de suas produções; 4) elaboração de jornal da escola.

Por exigir o envolvimento do conjunto dos educadores da escola, a Festa das Décadas não se concretizou, mas criou um núcleo inicial que se propôs a desenvolvê-Ia em 2004. Todas as outras, mesmo enfrentando dificuldades, se concretizaram.

Laís Vila Lussarra, 17 anos, participou do grupo que criou o solário. Ela conta:

> *A gente pensou em fazer uma pintura e um projeto paisagístico, mas iria ficar muito caro. Então, a gente resolveu mudar um lugar só, uma sala cheia de entulho. Foi daí que veio a idéia do solário. A escola é muito fechada, é um prédio que não tem sol. Tinha uma parte da escola, uma sala perto de onde rola o intervalo, que estava cheio de entulho, um monte de entulho, mas que batia sol. Na nossa proposta a gente pensou em fazer uma readaptação daquele local.*

Ela conta que o grupo conseguiu a colaboração de uma mãe, que tinha noções de paisagismo e ofereceu apoio, inclusive deslocando-se para a realização de pesquisa de preços e compra de materiais para a arrumação do espaço.

> *Compramos tudo, alugamos caminhão, trouxemos tudo e o pessoal da tarde montou o Solário. Fizemos um jardim, colocamos uns bancos para as pessoas sentarem, montarem suas rodinhas. Todo dia fica aberto o solário da escola.*

Na Escola Eulália Malta, foram elaboradas cerca de 35 propostas e também selecionadas quatro: 1) festival de música; 2) organização de atividades esportivas variadas; 3) organização de sessões de cinema; 4) teatro. Todas foram implementadas.

O concurso de projetos elaborados por estudantes ressaltou a importância de os jovens terem um espaço para expressar suas idéias e propostas – os professores se surpreenderam com a capacidade e iniciativa dos alunos. E evidenciou que a reflexão sobre os problemas do cotidiano escolar e a sugestão de propostas pelos jovens consistem num importante exercício crítico e de projeção, fundamentais em dois aspectos principais: na formação desses sujeitos e na constituição de novos patamares de interlocução e de negociação com os jovens, na condição de atores e não apenas de beneficiários.

ISBN 978-859817174-6
9 788598 171746

Secretaria Especial
dos Direitos Humanos

Ministério
da Educação

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL